

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.486 - PR (2015/0262610-7)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**

**EMBARGANTE : CHRISTIANE MARIA RAMOS GIANNINI**

**ADVOGADOS : GUSTAVO RIBEIRO LANGOWISKI E OUTRO(S) - PR024563**

**NORIYASSU KAWAHARA SETO TAKEGUMA - PR033241**

**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Christiane Maria Ramos Giannini**, contra decisão de fls. 577/580, pela qual não se conheceu do recurso especial com amparo na Súmulas 7/STJ.

Aponta a embargante omissão na decisão atacada, ao argumento de que não teria sido examinada a alegação "*de que a Fazenda teve inúmeras oportunidades para averiguar que a contribuinte havia se enganado no preenchimento da Declaração de IR, tendo inclusive acesso a todas as declarações de anos posteriores e anteriores de IR, porém optou por continuar o processo administrativo e também ingressou na via judicial, fazendo com que a Recorrente/Embargante tivesse que contratar advogado para representá-la, protocolar recursos e realizar outros serviços, em um trabalho que já dura mais de dez anos e que foi exitoso*" (fl. 586). Acrescenta que não seria hipótese de aplicação do óbice da Súmula 7/STJ.

Impugnação não apresentada (certidão de fl. 596).

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Não prospera a irresignação da parte embargante.

Não prospera a irresignação da parte embargante. De acordo com o estatuído no art. 1022 do CPC/15, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material. Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão.

Com efeito, não há falar em omissão no caso, uma vez que houve o devido exame da matéria referente à aplicação do princípio da causalidade pelo tribunal de origem, afirmando-se a impossibilidade de análise do tema nesta instância superior,

# *Superior Tribunal de Justiça*

ante a necessidade de incursão nos fatos e nas provas dos autos para se chegar à conclusão pretendida pela ora embargante, de que a Fazenda Nacional teria dado causa à propositura da ação, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.

Assim, extrai-se da própria fundamentação do recurso aclaratório apresentado pela embargante que sua intenção é apontar a existência de **error in judicando**, propósito esse incompatível com a via integrativa.

Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado embargado, conforme exige o artigo 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

**ANTE O EXPOSTO**, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator